

RELIGIOSIDADE E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DE OCKHAM

Conceição Solange Bution Perin*

Terezinha Oliveira*

Resumo: Este trabalho tem por objetivo fazer um estudo sobre a influência de Guilherme de Ockham, franciscano do século XIV, com o conflito que se evidenciou entre a fé, baseada na concepção cristã que se construía nas verdades reveladas por Deus, e a razão, que se fundamentava no conhecimento por meio da experiência empírica, reflexiva. O autor, procurou explicitar aos homens da sua época que, as duas questões poderiam ser entendidas e analisadas sem, necessariamente, uma submeter-se à autoridade da outra. Desse modo, faremos uma abordagem sobre as afirmações realizadas por Ockham e que, segundo alguns autores, demarcaram um novo entendimento sobre a Fé e a Razão e que, conseqüentemente, provocaram, no período, modificações sócio-educacionais.

Palavras-chave: Guilherme de Ockham; Idade Média; Religião; Educação.

Neste trabalho, faremos algumas considerações sobre questões que se referem ao contexto sócio-educacional-religioso do século XIV e que evidenciaram mudanças nos comportamentos e costumes da sociedade da época. O propósito deste estudo é compreender as alterações sociais ocorridas na forma de organização dos homens em seu contexto histórico, visando aos conflitos e às alterações na sociedade, atendo-nos, principalmente, ao âmbito educacional e religioso.

Pautando-nos nesse pressuposto e buscando, dentre as transformações, as questões religiosa e educacional, percebemos que esta, em virtude das modificações verificadas na própria sociedade, tende a acompanhar o movimento social de cada momento histórico, revelando as necessidades que os indivíduos criam para produzir a sua sobrevivência.

Sob essa perspectiva, abordaremos algumas modificações que permearam o período em estudo e que, paulatinamente, interferiram de forma significativa na formação do homem, modificando suas ações e pensamentos. Para esse propósito, discutiremos obras de autores que tratam da época em destaque tendo, todavia, como fio condutor a análise da influência do pensamento de Guilherme de Ockham nessas alterações.

* PPE/UEM

* DFE/PPE/UEM

A priori, é relevante salientar que o século XIV foi marcado por um conjunto de fatores que, ao mesmo tempo, associavam elementos que fomentavam a desagregação do mundo medieval e forneciam condições para a estruturação da sociedade moderna. A realidade do homem feudal, as prioridades do cotidiano, sofria influências da nova forma de vida que vinha se instaurando no Ocidente Medieval desde os fins do século XI, visto que, o desenvolvimento do comércio e o renascimento das cidades propiciaram um contato e uma proximidade entre as pessoas com novos ideais e, conseqüentemente alterações de pensamentos e comportamentos.

A sociedade do século XIV, como todo período de transição, visava a uma base de sustentação para suas aspirações que estavam emergindo com o desenvolvimento do comércio. As explicações dadas pela Igreja já não eram suficientes para esclarecer todas as dificuldades vivenciadas pela comercialização e pela vida urbana. As cidades e o comércio proporcionaram, na sociedade em geral, indefinições de sentimentos, costumes, bem como interesses e aptidões divergentes.

Para a compreensão dessas transformações ocorridas no século XIV, centralizaremos a discussão sobre o conflito entre a fé, pautada nos ensinamentos cristãos, e a razão, fundamentada por meio da experiência empírica, embate no qual Ockham mostrou, de maneira explícita, a necessidade dos indivíduos entenderem que a fé não poderia ser a explicação de todas as coisas, mas, sem dúvida, um complemento essencial do conhecimento pela via da razão.

Com essa hipótese, Ockham evidenciou dois caminhos distintos e, segundo ele, necessários, quais sejam, o caminho da abstração, entendido pela fé, pela imaginação e o intuitivo, conhecido pela razão. Para o autor, essas duas vias de entendimento tinham que ser conhecidas e compreendidas em sua íntegra a fim de que os homens soubessem discerni-las e escolhê-las para chegar ao conhecimento empírico.

Esse entrever de questionamentos dos discursos realizados por Ockham, dentro da universidade medieval, sobre o real e o abstrato acabou provocando mudanças na educação da sociedade, pois surgiram dúvidas e indefinições de sentimentos, de pensamentos e da própria existência.

Todavia, o debate a respeito da fé e razão já era assunto de séculos anteriores a Ockham, visto que desde que os homens medievais tiveram um acesso mais difuso às obras de Aristóteles teve início uma nova reflexão referente à fé e razão, sobre a qual

vários autores puderam, em seus escritos, tentar discernir essas duas questões. Etienne Gilson, em sua obra *A filosofia na Idade Média*, mostra que vários autores, cada qual em seu período, tentaram discorrer sobre o entendimento do universo pelo conhecimento racional antes de Ockham. O autor cita um exemplo.

O século XIII geralmente acreditou ser possível numa síntese sólida a teologia natural e a teologia revelada, concordando a primeira com a segunda nos limites da sua competência própria e reconhecendo sua autoridade em todas as questões relativas a Deus que ela mesma não podia resolver. Seus representantes mais ilustres esforçaram-se, pois, para determinar um ponto de vista em que todos os conhecimentos racionais e todos os dados da fé pudessem aparecer como elementos de um único sistema intelectual (GILSON, 1998, cap. IX, p. 794).

Para Gilson, mesmo com a exigência do desenvolvimento comercial que estava ocorrendo nos séculos XIII e XIV, voltado para um mundo reflexivo, de descobertas e necessidades de novos conhecimentos, aconteceu um embate de sentimentos quando os indivíduos procuraram entender o mundo pelos olhos da razão e questionaram todos os entendimentos que eles haviam adquirido pela Igreja ou pela crença divina. De acordo com Gilson, Ockham, ao propor o discernimento de uma questão e outra – fé e razão, justificando cada uma como necessidade do dia-a-dia, apresentava, aos homens, a possibilidade de dúvida sobre tudo o que já havia sido explicado e considerado como indubitável.

Para justificar as ações e ansiedades dos indivíduos em busca de soluções para as questões presentes nas suas vidas, os homens procuraram as soluções nas dificuldades do seu cotidiano, nas suas experiências. Era preciso entender o que fazia parte do cotidiano por meio do intuitivo (real) e não do abstrato. Desse modo, foi necessário o estabelecimento de um vínculo entre a reflexão pessoal e o conhecimento, para que as interpretações do mundo em geral fossem refletidas e analisadas de forma racional.

Nesse contexto, no qual a fé em Deus já não supria, totalmente, a necessidade de conhecer outras terras e outros povos para comercializar, o conhecimento empírico, aos poucos, foi tornando-se uma questão de sobrevivência. Alguns pensadores medievais tiveram um papel significativo nessa época, porque principiaram, a partir do século XII, a possibilidade de um pensamento fundamentado na realidade do dia-a-dia, debatendo sobre o que poderia ser confirmado pelos olhos da razão e sobre o que não era possível conhecer empiricamente. Foi justamente essa reflexão, esse novo

modo de tentar entender o mundo que proporcionou, aos indivíduos, a probabilidade de analisar a vida e o papel de cada um como ser humano. Os homens perceberam que poderiam ter uma perspectiva maior que aquela que já possuíam. Com isso, iniciaram um processo que os levou, paulatinamente, a entenderem seus problemas e as suas angústias como questões provocadas pelos próprios homens.

Ockham buscou mostrar, em seus debates, a independência existente entre a fé e a razão. E interpretando o seu momento, constatou que esse assunto poderia ser discutido e analisado de outro ponto de vista. Não era necessário haver um embate entre a fé e a razão, mas sim reconhecer que ambas eram caminhos distintos para explicar os homens pela natureza e pela alma.

Esses dois tipos de conhecimento, intuitivo e abstrativo, não diferem entre si pelo objeto, que é o mesmo, nem por suas causas – primeiro é causado pelo objeto presente, o segundo o pressupõe e é posterior à sua apreensão - mas são distintos intrinsecamente, pois o conhecimento intuitivo permite formular juízos evidentes em matéria contingente, enquanto o conhecimento abstrativo não o permite (OCKHAM, 1999, p. 19).

Ockham não põe em dúvida, em nenhum instante, a existência de Deus como Criador de tudo, mas para ele a fé religiosa não fornecia a dimensão exata do que se imaginava, logo, não se tinha o conhecimento em sua íntegra. Assim, a informação abstrata não deveria ser considerada como o ponto de partida para se conhecer a realidade, visto que, para Ockham o verdadeiro entendimento das coisas se dava pelo conhecimento empírico, o qual possibilitava ao indivíduo conhecer e apreciar a existência de tudo o que a natureza fornecia, na sua forma real e natural. Desse modo, esse era o conhecimento sensível, aquele que poderia elucidar o desconhecido, trazendo solução às dúvidas do que existia efetivamente.

Apesar de Ockham elucidar que as vias de conhecimentos, apesar de serem distintas na maneira de entendimento, dependiam uma da outra, os questionamentos e as discussões realizadas por Ockham acabaram por provocar um embate entre o conhecimento científico e o poder religioso estabelecido pela Igreja, causando um discernimento da via da ciência e da religião como verdades independentes e explicadas, cada qual, no seu campo de entendimento.

Na concepção de Ockham, existiam dois princípios: um que estruturava o conhecer pela fé e o outro pela razão. O primeiro, que se refere à abstração, concebe

Deus como Criador de tudo e de todos; portanto, para o autor, era inevitável não crer no ser Divino. O outro era que a experiência, a razão, apesar de não poder provar que Deus existe, era o único caminho que se poderia ter para garantir a existência do que Deus criou.

Sobre o primeiro ponto, digo que este nome “Deus” pode ter diversas acepções. Uma delas é que Deus é algo mais nobre e melhor que todo outro ser. Conforme outra, Deus é aquilo em comparação com o qual nada é melhor e mais perfeito [...] Acerca do segundo ponto, digo que, tomando “Deus” na primeira acepção, não se pode demonstrativamente provar que há um só Deus. O motivo é que, nessa acepção, não se pode evidentemente saber que Deus existe; logo não se pode saber com evidência que ele é um só. A inferência é clara. Prova-se o antecedente: A proposição “Deus existe” não é notória por si, visto que muitos duvidam dela; nem pode ser provada por proposições evidentes por si, porque em todo raciocínio se assumirá algo duvidoso ou acreditado; nem será conhecida por experiência, como é manifesto (OCKHAM, 1973/F, p. 395).

Diante dessa afirmação, Ockham assinalava que Deus era o mais importante e perfeito Ser que se poderia crer e que a credibilidade em sua existência ou em um só Deus deveria passar pelos olhos da razão, pois o homem só crê naquilo que não vê por meio da reflexão e do conhecimento empírico que ele tem sobre as coisas que Deus criou, ou, dito de outro modo, a partir das coisas que conhece.

A ruptura entre o conhecimento temporal e religioso, provocada por Ockham, acarretou oposições e questionamentos nas diversas instâncias sociais, principalmente na política, em que Ockham indaga sobre o poder papal, revelando transformações de pensamentos e costumes que divergiam da dependência da doutrina religiosa que vinha predominando há vários séculos. Segundo Urbano Zilles, “No plano do pensamento, tanto na filosofia como na teoria política, Ockham sinaliza o fim da Idade Média e a abertura para uma nova época, em que a razão retoma a sua autonomia frente à fé, e a vida dos homens torna-se cada vez mais independente dos preceitos religiosos” (ZILLES, 1996, p. 124).

O autor se refere a Deus como comprovação de seu raciocínio. Segundo ele, Deus era uno, era o criador de todas as coisas visíveis e invisíveis e deu ao homem a liberdade de agir como quisesse. Essa liberdade relaciona-se com a razão, pois o homem precisaria agir por sua vontade, o que comprovaria a sua singularidade por meio dos seus atos, mostrando que ele poderia agir ou não pela fé ao Ser Supremo.

[...] digo primeiramente que Deus é a causa mediata ou imediata de tudo. Se bem que isso não possa ser demonstrado, inculco-o persuasivamente pela autoridade e pela razão. Pela autoridade, porque no cap.I de São João se diz: “Todas as coisas foram feitas por ele”, etc. Tal coisa não pode entender-se de Deus, visto que o termo “todas as coisas” não se estende até Deus; logo, entende-se que tudo fora de Deus foi feito por ele. E no Símbolo se diz: “Creio em Deus Pai onipotente”, com a continuação: “criador do céu e da terra, de todas as coisas visíveis e invisíveis”, etc. Também na Decretal sobre a *Suprema Trindade e a Fé Católica*: “Ele é o criador de todas as coisas visíveis e invisíveis, espirituais e corporais” (OCKHAM, 1973/d, p. 396).

Deus criou o homem, mas para sua existência eram necessários outros fatores que contribuíssem para sua sobrevivência, ou seja, Ockham postula que uma causa essencialmente ordenada dependia de outra causa, pois o homem, apesar de ter sido criado pelo Ser Supremo, necessitava da natureza para sobreviver.

Vários autores asseveram que Ockham teve um papel fundamental para a sociedade da sua época, pois procurou despertar a importância da experiência, da reflexão sobre o que se admirava porém não se conhecia, só se imaginava, tal como a natureza ou algo que se ouvia falar mas que não se via. Nas palavras do autor:

[...] “ciência” é certo conhecimento de alguma verdade. Assim se sabem coisas só pela fé. Dizemos por ex., saber que Roma é uma grande cidade, ainda que não a tenhamos visto; e digo igualmente saber que este é meu pai e esta minha mãe; e o mesmo se assevera de outras coisas que não são evidentemente conhecidas, mas que, porque as admitimos sem qualquer dúvida e por serem verdadeiras, dizemos conhecer (OCKHAM, 1973/c, p. 342).

A experiência e o conhecimento intuitivo, para Ockham, estavam em primeiro plano, ou seja, era preciso experimentar empiricamente para conhecer. Todavia, nem tudo era possível de comprovar a existência pela experiência, e nesses casos a razão era a premissa para a compreensão do abstrato. O uso do intelecto fazia com que se entendesse o que não se via.

[...] pelo conhecimento abstrativo não se pode conhecer com evidência verdade contingente, sobretudo referindo-se ao presente. Isso se verifica pelo fato de que, quando se conhecem Sócrates e a sua brancura, na ausência dele, não se pode conhecer por esse conhecimento incompleto se Sócrates é ou não é, se é branco ou não, se dista de determinado lugar ou não, e assim a respeito das outras verdades contingentes. Mas é certo que essas verdades podem ser conhecidas com evidência (OCKHAM, 1973/c, p. 344).

Ockham foi um dos pensadores que possibilitou, com os seus ensinamentos e as possibilidades existentes na época, proporcionar que a reflexão passasse a fazer parte do cotidiano e que as experiências obtivessem um valor de credibilidade e descoberta. Podemos afirmar que as discussões de Ockham propiciaram ao homem crer no próprio “eu”, refletir sobre as coisas abstratas e concretas, uma vez que com a sua lógica o autor levava os homens a entender que era preciso haver um pensamento reflexivo, um novo raciocínio sobre os fatos e os conceitos de tudo que permeava a sociedade.

A experiência moveu e transformou os costumes, a forma de agir e possibilitou o surgimento de uma ciência nova, tímida, mas que paulatinamente foi se fortalecendo, cerceando o conhecimento contemplativo e permitindo que os indivíduos usassem da imaginação pautada na razão.

As discussões de Ockham demonstravam que o conhecimento que vinha sendo utilizado até então já não supria as necessidades de sobrevivência estabelecida pelos homens, isto é, aquela visão de mundo proposta pelos universalistas, na qual todas as coisas se explicavam de maneira semelhante, já não condizia com a prática dos homens de seu período.

Ockham procurava deixar claro que explicar os conceitos pela razão não significava deixar de crer na existência de Deus. Ao contrário, para ele Deus era o Criador de todas as coisas e era por meio desse entendimento que os homens chegariam ao conhecimento intuitivo, ou seja, aquele que esclareceria a realidade ainda desconhecida. Além disso, existia uma diferença entre Deus e os outros seres, a qual deveria ser identificada pela posição que ocupava o Ser Supremo, ou seja, Ele era o infinito e aquele que existia antes de todas as coisas. Portanto, o que sucedia a Deus era explicado pela Sua existência.

A prova da existência de Deus que Ockham preconizava em seus discursos como foco principal para provar aos homens que os caminhos da fé e da razão poderiam ser discernidos e entendidos norteou um propósito de discussões pautadas na crença e na dúvida de um ser que cuidava dos homens na Terra. Ockham não duvidava dessa existência, mas tentava mostrar aos indivíduos que Deus lhes proporcionava o livre-arbítrio, isto é, o Ser Criador de todas as coisas deu aos homens a vida e a escolha de entendimento teria que ser administrada pelos próprios sujeitos.

Portanto, conhecer empiricamente o mundo já não se refletia em esperar que as respostas viessem por via da fé, mas sim de experimentar, levantar hipóteses, questionar e até duvidar do que não era conhecido pela razão, reflexão.

As discussões de Ockham proporcionaram um emaranhado de angústias e indefinições nos homens, porque seus questionamentos exigiam uma reflexão voltada para o uso da racionalidade em primeiro plano, sendo que a análise que ele fazia envolvendo os elementos da natureza como conservantes dos seres vivos desencadeava dúvidas relacionadas a Deus como protetor de tudo. A lógica estava pautada em seus debates e envolvia o conhecimento abstrato e o intuitivo como respaldo de explicação.

Ockham distinguiu a religião da ciência, anunciando que ambas tinham o seu conhecimento e suas verdades, porém era preciso esclarecer os seus ensinamentos para compreender a realidade. Essa realidade, para o autor, era ter a noção do que era o conhecimento, o entendimento da natureza pela ciência. Ele tentou provar que a ciência tinha várias definições e para chegar ao conceito de ciência era necessário saber distinguir o conhecer abstrato do intuitivo.

As reflexões de Ockham voltadas para a necessidade de se conhecer Deus como uno, perfeito, verdadeiro e reconhecido pela ciência como o Criador de tudo e de todos, porém sem ser reconhecido de forma empírica, tornou-o um diferencial em relação aos outros autores que tratavam das mesmas questões, visto que Ockham afirma que não seria possível conhecer o mundo sem ser pela razão, pelo intuitivo, mas que algumas coisas, ou seja, o principal, Deus, poderia e deveria ser entendido pela abstração como verdade absoluta da sua existência. Ockham, ao mesmo tempo que direcionava os homens para o conhecer racional, mostrava que para tudo havia uma exceção, uma forma de entender o que não poderia ser comprovada pelos olhos do conhecer intuitivo. Nesse sentido, é possível vislumbrar a importância desse autor, dentro do seu contexto histórico, fazendo a defesa do indivíduo como conhecedor das coisas no seu real. Para Ockham o homem deveria ter a liberdade de conhecer o mundo, as coisas na sua íntegra, visando realmente o seu significado e a sua importância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OCKHAM, Guilherme. *Noção do conhecimento ou ciência*. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril S.A., 1973/C.

OCKHAM, Guilherme. *Causalidade de Deus e Presciência*. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril S.A., 1973/D.

OCKHAM, Guilherme. Prova da Existência de Deus. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril S.A., 1973/F.

OCKHAM, Guilherme de. *Lógica dos termos*. Trad. Fernando Pio de Almeida Fleck. Introd. Paola Muller. Porto alegre: Edipucrs, 1999.

OCKHAM, Guilherme de. *A filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GILSON, E. *A filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ZILLES, Urbano. *Fé e razão no pensamento medieval*. Porto alegre: Edipucrs, 1996.